ATA DA 20ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 1º DE ABRIL DE 2019.

PRESIDENTE: VEREADOR GERALDO JÚNIOR

1º SECRETÁRIO: VEREADOR CARLOS MUNIZ

2º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA

Compareceram os senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALEXANDRE ALELUIA, ALFREDO MANGUEIRA, ATANÁZIO JÚLIO, BECA, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CEZAR LEITE, DANIEL RIOS, DEMÉTRIO OLIVEIRA, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, FÁBIO SOUZA, GERALDO JÚNIOR, HENRIQUE CARBALLAL, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ TRINDADE, KIKI BISPO, LORENA BRANDÃO, LUIZ CARLOS DE SOUZA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELLE MORAES, MARCOS MENDES, MARTA RODRIGUES, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, PEDRO GODINHO, RICARDO ALMEIDA, SABÁ, SÉRGIO NOGUEIRA, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA, TOINHO CAROLINO e VADO MALASSOMBRADO, estando licenciado o vereador HÉLIO FERREIRA. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Projeto de Lei Complementar n. 1/19 do vereador Demétrio Oliveira; Substitutivo ao Projeto de Lei n. 72/19 da vereadora Marcelle Moraes; Projeto de Lei n. 81/19 do vereador Joceval Rodrigues; Projetos de Indicação n.s 145 a 147/19 do vereador Orlando Palhinha, 148/19 do vereador Maurício Trindade, 149 a 151/19 do vereador Demétrio Oliveira, 152 a 171/19 da vereadora Ireuda Silva, 172/19 do vereador Hélio Ferreira e 173/19 do vereador

Pedro Godinho; Projeto de Resolução n. 47/19 do vereador Marcos Mendes; Requerimento de Utilidade Pública n. 29/19 do vereador Sidninho; Moção n. 39/19 do vereador Hélio Ferreira; e Requerimentos de licenças de vereadores. Terminada a leitura do Expediente, na **Tribuna Popular**, o senhor Ademilton Paim, presidente da Associação Geral dos Taxistas (AGT), destacou a responsabilidade da Casa com a sua categoria e com a população. Esclareceu que os taxistas não eram contrários aos aplicativos de transportes e que apenas buscavam igualdade, inclusive quanto a regras, defendendo que elas existissem também para os motoristas de aplicativos. Expôs as dificuldades que alguns taxistas viviam e pediu sensibilidade a respeito. Criticou a votação havida na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) por não se estender aos motoristas de aplicativos uma regra aplicável aos demais profissionais. Continuando a mesma representação, o senhor Antônio Barbosa comentou sobre o Projeto dos motoristas de aplicativos enviado pelo secretário de Mobilidade Fábio Mota e leu as definições técnico-normativas sobre modalidades de transportes, apontando indefinição sobre os profissionais de aplicativos. Afirmou que os taxistas vinham sendo substituídos por profissionais que não queriam regras e expôs o paralelismo existente entre os motoristas de aplicativos e os taxistas, defendendo isonomia entre as duas categorias no tocante a obrigações. Disse não haver demanda de passageiros para a quantidade de motoristas existentes, o que gerava desemprego entre os taxistas. Dando seguimento à Tribuna Popular, o senhor Israel Joaquim de Santana, presidente da Associação de Moradores Joana D'Arc-Rio Sena, discorreu sobre problemas trazidos pela Prefeitura em sua comunidade. Mencionou unidades de saúde que não funcionavam ou que operavam em condições muito precárias, inclusive sem profissionais e com equipamentos danificados. Destacou o papel dos vereadores e pediu-lhes apoio à sua comunidade. Pediu ainda que medidas da Prefeitura tomadas em função do Carnaval, relativas a Transporte e Saúde, prosseguissem ao longo do ano e expôs as dificuldades dos usuários de transporte em Rio Sena. O senhor presidente

determinou a retirada, da Ata, de termos desrespeitosos aos vereadores desta Legislatura, sublinhando o necessário respeito do ocupante da Tribuna Popular aos edis e à Casa. Em seguida, foram votadas e aprovadas as licenças dos vereadores Hélio Ferreira (1º de abril) e José Trindade (26 de março). Nos **Comentários à Tribuna Popular**, o vereador Orlando Palhinha lembrou a recente audiência com o secretário Fábio Mota, a quem elogiou. Explicou sua incompatibilidade para integrar a Comissão de Transportes e afirmou que os aplicativos eram uma realidade, mas seus profissionais deveriam se submeter a regras e estar em quantidade igual à dos taxistas. Mencionou projeto da Secretaria da Saúde para distribuição de remédios, contando ter feito levantamento e levado medicamentos para algumas unidades de saúde, inclusive em Rio Sena. O vereador Sérgio Nogueira elogiou o prefeito pelos 800 mil reais investidos em obras nas ruas e afirmou que ele tinha respeito pelo senhor presidente, que fizera parte de seu Secretariado. Defendeu o pequeno empresário. Em comunicação inadiável, o vereador Cezar Leite contou sobre visita de crianças surdas à CMS promovida por ele, com base na qual, solicitou que se providenciassem cadeiras-de-rodas para os visitantes e que se retirasse uma foto do ex-Presidente Lula no Memorial, pontuando que ele era condenado e preso por corrupção. O senhor presidente disse que analisaria esses requerimentos junto com a Mesa e saudou a presença do ex-vereador Euvaldo Jorge. O vereador Moisés Rocha, comentando o discurso do vereador que o antecedeu, disse que deveriam ser também retiradas as fotos de Jesus Cristo, Tiradentes, Maria Quitéria e outros, que também foram condenados em seus momentos de atuação histórica. Comentou o fato de um dos ocupantes da Tribuna Popular ter lançado críticas aos vereadores, pedindo atenção a isso. Criticou o Presidente da República, apontando-lhe machismo e racismo. Em comunicação inadiável, a vereadora Aladilce Souza comentou sobre o Golpe de 1964 que instaurou a Ditadura militar. Leu texto historiando fatos e dados sobre esse período, sublinhando o terror existente e expondo números sobre torturados, mortos e desaparecidos, incluindo genocídio indígena para a construção da

rodovia Transamazônica e relato de mulher sobre a brutal tortura e estupro sofridos. O texto se encerrava afirmando que nenhum dos edis haveria de concordar com tudo isso. O vereador Ricardo Almeida informou denúncia de que uma escola pública de direção, voltada a pessoas de baixa, renda teve sua atividade suspensa pelo Departamento Estadual de Trânsito da Bahia (Detran-BA). Indagou ao líder da Oposição, vereador Sidninho, se o governador do Estado endossava essa medida. O vereador Marcos Mendes associou-se ao vereador Ricardo Almeida quanto ao fechamento da escola pública de direção. Saudou os taxistas e mototaxistas presentes, lembrando a recente Sessão em que 25 deles cederam os lugares para que o povo-de-santo pudesse estar presente e ressaltando a importância do seu movimento. Lembrou ainda que o senhor presidente garantiu que não votaria Projeto sobre motoristas sem antes conversar com os taxistas. Afirmou que alguns tentavam criar dissidência entre taxistas e motoristas de aplicativos, pontuando que ambas as categorias eram de trabalhadores lutando por direitos. Defendeu investigação sobre desvios na Saúde municipal e apontou que vários bairros populares perderam transporte público. O senhor presidente saudou os taxistas presentes e sua entidade, declarando-lhes o apoio da Casa. Comentou sobre Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) que seria julgada em 30 de maio, tendo já dois votos favoráveis. Pela ordem, o líder do Governo, vereador Paulo Magalhães Júnior, afirmou preocupação com as duas categorias de motoristas, os taxistas e os de aplicativos. Verificada falta de *quorum*, a Sessão foi suspensa por quinze minutos. Não se restabelecendo o *quorum*, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para o dia seguinte, à hora regimental. REGISTROS: registros dos vereadores Demétrio Oliveira e Sílvio Humberto.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO